Violência estrutural e a construção de um novo sentido para os telejornais do Brasil

Helíssia Coimbra de Souza

RESUMO
A violência estrutural será estudada de forma profunda e sistemática, conforme a realidade histórica do Rio de Janeiro. O artigo foi elaborado de modo que os telejornais sejam observados como instrumentos de alta relevância para a união entre estado e sociedade. A metodologia utilizada será a bibliográfica, sendo a pesquisa embasada por fontes doutrinárias de referência. O método que amplifica as discussões doutrinárias é o estudo de caso, sendo dois projetos em segurança pública avaliados criteriosamente. O objetivo geral consiste em delimitar o conceito de violência estrutural, especialmente para a realidade do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos têm por base o direito de acesso à informação; como os telejornais destoam esse direito através da má contextualização dos fatos; por fim, a necessidade de ser construído um novo sentido para a violência estrutural no Rio de Janeiro, de forma que sociedade e estado estejam conscientes e unidos na elaboração de boas políticas públicas. Os resultados não trazem soluções para a violência estrutural no Rio de Janeiro, mas afirmam a responsabilidade dos telejornais enquanto mensageiros da justiça e da esperança.
PALAVRAS-CHAVE: Violência estrutural; Sentido; Telejornais; Rio de Janeiro; Brasil

ABSTRACT
Structural violence will be studied in a deep and systematic way, according to the historical reality of Rio de Janeiro. The article was prepared in such a way that television news programs are observed as instruments of high relevance for the union between state and society. The methodology used will be bibliographic, and the research will be based on doctrinal reference sources. The method that amplifies the doctrinal discussions is the case study, with two projects in public security carefully evaluated. The general objective is to delimit the concept of structural violence, especially to the reality of Rio de Janeiro. The specific objectives are based on the right of access to information; how the television news clashes with this right through the poor contextualization of the facts; finally, the need to build a new meaning for structural violence in Rio de Janeiro, so that society and the state are aware and united in the elaboration of good public policies. The results do not bring solutions to the structural violence in Rio de Janeiro, but affirm the responsibility of television news as messengers of justice and hope.
KEYWORDS: Structural violence; Sense; Television news; Rio de Janeiro; Brazil

1. INTRODUÇÃO

A violência é um problema histórico e estrutural no Brasil, sendo observada como uma das consequências de um estado inoperante. O Rio de Janeiro é um estado complexo em sua estruturação geográfica, somada a multiplicidade de conflitos que marcam as suas transformações.

A violência estrutural revela-se com a inação ou desvirtuamento das funções públicas nas quais os representantes do estado estejam investidos. As políticas públicas objetivam promover o estreitamento da relação entre a sociedade civil e a administração pública.

O desenvolvimento do estado-nação culminou pela democracia eleita como um regime ordenador das funções públicas e privadas. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 afirmou o papel que as indústrias midiáticas têm nesse processo democrático e participativo.

O artigo foi desenvolvido com a justificativa de se obter uma compreensão dos desafios políticos e sociais que perpassam a história do Rio de Janeiro. A violência estrutural torna-se um ponto norteador nesta pesquisa, haja vista que ela pode ser praticada de forma vertical ou horizontal.

A escolha do Rio de Janeiro fora realizada com base em literatura especializada, além de outras referências sobre violência estrutural que se alinham com a metodologia bibliográfica. A relação da violência estrutural com as indústrias midiáticas deve-se aos fatos que resultam na escolha do método estudo de caso. Analisa-se a relação entre os telejornais e as falhas quanto: as Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs) e a realização de operações no Complexo do Alemão e Complexo da Penha.

Os desafios políticos resultam da omissão ou ação que desvirtue a função pública dos representantes estatais. A esfera social representa a violência perpetrada entre grupos coletivos opostos, em suas ideologias e modos de vida. A observância das dificuldades na governação e na esfera privada, trouxe a problemática: como os telejornais ampliam e perpetuam a violência estrutural no estado do Rio de Janeiro?

O Rio de Janeiro torna-se uma vitrine de violência estrutural para o mundo, sendo as indústrias midiáticas financiadoras deste cenário através dos seus telejornais. A afirmação desta realidade é estruturada segundo o objetivo geral de: compreender a capacidade dos telejornais para formar o imaginário social acerca da violência estrutural no Rio de Janeiro.

O estado do Rio de Janeiro apresenta complexidades geográficas e de controle político-social evidentes. A influência das grandes mídias televisivas fora desenvolvido com

base nos seguintes objetivos específicos: compreender como a formação do imaginário molda as atitudes de cada indivíduo frente a violência estrutural no Rio de Janeiro; analisar os limites do direito à informação, de modo a não desvirtuar os fins dos telejornais no Brasil; afirmar como a violência estrutural deve ser trabalhada pelas indústrias midiáticas, incluindo as responsabilidades destas indústrias segundo a Lei nº 14.197 de 2021.

A magnitude das questões políticas e sociais que marcam o estado do Rio de Janeiro são expostas de forma simultânea e global. Os telejornais apresentam visibilidade televisiva e cibernética, sendo ambas as audiências concentradas em como podem ordenar suas vidas a partir do conhecimento de tais fatos.

A violência estrutural é perpetrada com intenções não reflexivas, sendo a atuação dos comunicadores majoritariamente voltadas para uso de fatos e pessoas envolvidas como instrumentos de audiência.

2. A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA COMPLEXIDADE DO RIO DE JANEIRO

A violência é inerente a história humana, ocorrendo independentemente dos contextos externos de cada país. O reconhecimento de um ato violento como consequência da vontade humana torna-se imprescindível para a concretização da justiça penal.

O ponto chave da violência em nível estrutural consiste no entendimento do papel do estado para direcionar as políticas públicas. A inoperância ou a prática de atos que beneficiam os interesses de lideranças políticas, acaba por incorrer em um afastamento da sociedade perante a administração pública.

> “A dignidade não é privilégio de apenas alguns indivíduos escolhidos por razões étnicas, culturais ou econômicas, mas sim um atributo de todo e qualquer ser humano, pelo simples fato de ser humano. Sempre houve uma consciência de que existem valores ligados à dignidade (direitos do homem), já que é da essência do ser humano indignar-se contra injustiças.” (MARMELSTEIN, 2019, p. 18-33).

A dignidade humana não deve ser vista apenas como um princípio acolhido pela comunidade internacional. A garantia do mínimo existencial para cada pessoa é o que propicia o desenvolvimento social. O bem-estar coletivo gera maior estabilidade para a administração pública, e esta pode concentrar-se em políticas públicas que elevem a qualidade de vida da população.

O estado do Rio de Janeiro torna-se um grande desafio pela violência não se dar apenas de modo verticalizado. A violência estrutural pode ocorrer de forma horizontal, e em um estado marcado por milícias e facções criminosas, existe o desafio de coibir as ações entre grupos e entres estas organizações e o próprio estado.

A compreensão da violência torna-se de fundamental importância para estratégias de enfrentamento. Ainda que a segurança pública esteja afirmada como um tema de responsabilidade geral, é imperioso destacar as nuances de cada estado.

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> I - polícia federal;
> II - polícia rodoviária federal;
> III - polícia ferroviária federal;
> IV - polícias civis;
> V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
> VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que a segurança pública é um dever do estado pela extensão geográfica do Brasil. A violência estrutural no modo vertical (praticada pelo estado), assim como a violência estrutural horizontal (praticada entre grupos rivais) variam conforme a organização de cada localidade.

A segurança pública deve ser observada conforme as nuances regionais, objetivando que autoridades públicas formulem leis e elaborem políticas públicas correspondentes. A problemática da violência no Brasil, especialmente em estados complexos como o Rio de Janeiro, consiste na implantação de leis e projetos públicos idealistas.

> "Onde instituições governamentais são fracas, a desigualdade exacerba os problemas de se criar e manter governos politicamente responsivos (*accountable*), aumentando a probabilidade de políticas que inibem o crescimento e reduzem a pobreza e, onde instituições são frágeis, a desigualdade desencoraja a vida cívica e social que alicerçam processos de decisão coletivos necessários ao funcionamento das sociedades." (COUTINHO, 2013, p. 49).

O Brasil apresenta uma situação cultural histórica ligada aos modelos transnacionais de estilo de vida. A ocorrência de um feito considerado bem-sucedido em um outro país, consequentemente torna-se um estudo de caso para as autoridades públicas brasileiras. Ocorre que, o Brasil tem proporções geográficas continentais, além de articulações institucionais e sociais bastante diversas.

A violência precisa ser entendida como um problema estrutural, em nível vertical e horizontal, que apresenta efeitos em todas as dimensões humanas. A partir da compreensão ampla e profunda, proporcional ao tema da segurança pública, verifica-se a necessidade de reconstruir a relação estado e sociedade.

> “Georges Sorel pode ser considerado o primeiro autor da modernidade a traçar um estudo detalhado sobre a violência e, também, o primeiro a desmascarar a existência de uma violência oculta, ao romper com os costumes e a moralidade social da época que preceituavam um estigma de violência que partia exclusivamente do proletariado, enquanto a burguesia detinha a força.” (NETO; TEIXEIRA; SOARES, 2022, p. 7)

O entendimento de que a violência é um problema estrutural e sistemático, consequentemente traz a importância de uma abordagem interseccional. A psicologia humanista de Abraham Maslow mostra como a segurança perpassa por todos os níveis de uma vida significativa.

FIGURA 1 – PIRÂMIDE DAS NECESSIDADES DE ABRAHAM MASLOW



Fonte: MBA USP ESAQL, 2024

A base para uma vida mais significativa consiste no atendimento as necessidades básicas, e a segurança está inerente a elas pelo direito de ir e vir. Quando uma pessoa se sente amparada pelo estado no tocante a segurança pública, naturalmente a sua motivação para transitar por diversos lugares será maior.

A segurança é colocada como um pilar em separado, haja vista que é de competência de cada estado zelar por ela. As atuações da administração pública ocorrem junto a sociedade, mais comumente realizadas através dos agentes de segurança pública.

Os aspectos sociais estão mais acima por se relacionarem aos bens e valores comuns a todo ser humano. A violência estrutural ou horizontal afeta diretamente o senso de integração que um indivíduo tem para com o meio em que vive. As pessoas confiam umas

nas outras, se relacionam melhor para com os agentes públicos, quando a segurança está preservada.

A estima torna-se um outro fator a ser avaliado quanto a violência estrutural, seja ela praticada de modo vertical ou horizontal. O reconhecimento por cada pessoa acerca dos seus valores e virtudes é mais notório quando ela se sente valorizada pelo estado. O estado dá valor a cada ser humano quando lhe oferta os meios para uma vida mais segura e saudável.

A autorrealização torna-se o ápice da hierarquia, sendo observada tal conquista quando uma pessoa cria sentido para a sua vida. O atingimento dos propósitos que cada pessoa almeja é mais viável quando a administração pública se faz presente com políticas e serviços públicos.

O atingimento de uma existência mais saudável e significativa não ocorre apenas pelo bom relacionamento que a administração pública desenvolve para com a sociedade. A relação entre grupos precisa ocorrer de modo respeitoso e ordenado para que a violência horizontal dê lugar aos gestos de partilha e solidariedade entre todos.

> "Tolerar outras verdades fundamentais diferentes das nossas é difícil. Nem sempre conseguimos concordar sobre o essencial. Precisamos, então, treinar para tolerar nossas divergências. Para conseguir isso, vale manter suas próprias convicções, situando-se, porém, em um lugar em um mapa no qual os outros também têm seu lugar e suas convicções." (DROIT, 2016, p. 68).

A violência vertical é muito frequente, ainda que não seja observada com a mesma intensidade que casos de omissão ou ações desvirtuadas praticadas pelo estado. A ocorrência de atos de intolerância entre grupos precisa ser combatida com o bem comum chamado respeito, permitindo que todos exerçam a sua liberdade sem ferir o espaço dos irmãos.

O estado precisa zelar pelos direitos e deveres considerados fundamentais, estes afirmados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O ponto de reflexão está na incontestabilidade de que grupos sociais apresentam a sua esfera moral, e para estes todas as – verdades fundamentais – devem ser impostas.

A administração pública, em todas as suas frentes, deve velar para que a liberdade de cada grupo seja mantida. A intervenção deve se dar quando um destes grupos começar a se organizar como um poder paralelo ao estado, impondo deveres para outros indivíduos não participantes. Ainda, o estado tem o dever de atuação quando houver incitação de práticas ilícitas, mesmo dentro desses grupos.

O Rio de Janeiro fora historicamente demarcado como um estado inseguro e sem perspectivas de melhora. A violência estrutural vertical culminou no distanciamento entre a sociedade e o estado, abrindo margem para organização e expansão de grupos criminosos.

O estado do Rio de Janeiro torna-se mais vulnerável aos atos de violência estrutural, de ambas as formas. A sua estruturação geográfica e complexidade socioeconômica demanda dos líderes políticos e agentes de segurança pública uma atuação integrada e consistente.

A ocupação desmedida dos morros e encostas recebeu o nome social de favelas. Os complexos habitados por comunidades de baixa renda são marcados pelos dois níveis de violência estrutural.

A omissão do estado na prestação de ações e serviços deu margem para que organizações criminosas afirmassem o poder. A violência em nível vertical torna toda a sociedade carioca refém da administração paralela de organizações criminosas e milícias.

A violência estrutural praticada de forma horizontal tem início nas próprias organizações e milícias. A hierarquia interna deve ser bem observada para que não haja morte dos próprios integrantes. Os seres humanos que vivem em áreas dominadas por organizações e milícias precisam seguir regras impostas com a mesma obediência.

3. O PAPEL DOS TELEJORNAIS PARA A PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro está globalmente afirmado como um estado marcado pela violência estrutural. O Presídio Cândido Mendes, localizado em Ilha Grande, fora o celeiro para a reunião dos autores de crimes com alta periculosidade. A fraca presença do estado com ações e serviços públicos dentro da penitenciária, consequentemente resultou na organização interna entre os próprios penitentes.

As primeiras organizações criminosas ocorreram no interior do Presídio Cândido Mendes, localizado em Ilha Grande. Os marcos históricos de violência estrutural horizontal vieram dos grupos: Amigos dos Amigos (ADA), Comando Vermelho e as Milícias Vermelhas.

As indústrias midiáticas já exerciam influência sobre a violência estrutural horizontal e vertical que marcava o Presídio Cândido Mendes. O Jornal “O Globo” descreveu a realidade da penitenciária em uma matéria especial, em 1962 (O GLOBO, 1962). A problemática da participação dos telejornais consiste no desvirtuamento do direito constitucional à informação.

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes

> no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

As bases afirmadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 direciona o tratamento igualitário no tocante o acesso à informação. Ocorre que, quando os profissionais envolvidos com o telejornalismo vão noticiar um fato, a informação transcende para a interpretação pessoal acerca do ocorrido.

O estado não fere a democracia quando regulamenta as indústrias midiáticas, ao contrário, os atores da administração pública estão zelando pela democracia que se pauta nos bens e valores comuns. A interferência no direito de obter acesso às informações sem distinção de qualquer natureza, caracteriza-se quando um fato é destoado a partir das impressões do profissional.

As indústrias midiáticas, ainda, costumam apresentar um vínculo estreito com lideranças político-partidárias. A violência estrutural dar-se-á quando o telejornal é programado para atender aos interesses de determinado ator político, e não a democracia vigente no Brasil.

A sociedade não sofre apenas com os impactos da violência exacerbada pelos telejornais, outra consequência é o sentimento coletivo ligado a ausência de sentido para estes fatos.

O direito de acesso à informação está garantido pela Constituição Federal de 1988, não podendo nenhuma pessoa ser privada desta garantia. O ponto chave consiste na orientação que deve ser dada aos espectadores que assistem os programas de notícias.

As indústrias midiáticas, com maior especificidade para os profissionais do telejornalismo, têm o dever ético e legal de tratar cada notícia que será exposta na televisão. A dimensão geográfica do Brasil traz como fator a não coesão entre imprensas de grandes e pequenas localidades.

> “A coreografia das finezas suplanta a selvageria do mundo, e, assegurada as reverências formais, observado o tom de voz entre o melífluo e o discreto, a verdade dará o ar de sua graça. Triunfará pela elegância, pela arte e pela ilustração. O jornalismo terá garantido o seu posto de honra e nobreza. Quanto ao público, que lhe sejam servidas as mesuras – educativas, formativas e tranquilizadoras. A imprensa saudável é o império da boa educação.” (BUCCI, 2000, p. 6).

As bases éticas existem para que todos os profissionais envolvidos nas indústrias de televisão possam ter parâmetros de como atuar. O serviço social prestado com a exibição dos telejornais não pode ser destoado, de forma que o sofrimento humano se torne um grande evento televisivo.

O conceito jornalístico intitulado – estética do medo, traz como reflexão “o medo vende a partir do momento em que as pessoas querem ter um certo controle das suas vidas, dos seus cotidianos, já que não podem controlar a morte.” (CIÊNCIA EM PAUTA..., 2021).

A tentativa de cada ser humano para não ser vítima de um crime, traz como movimento a perpetuação dos telejornais no Brasil. As indústrias midiáticas reconhecem a vulnerabilidade dos espectadores diante da violência sem precedentes da atualidade.

Os telejornais são estruturados, quanto aos fatos, narrativas e horários de exibição, para causar impacto no maior número de pessoas possível. Os telejornais não buscam conscientizar as pessoas sobre os atos de violência, mas criar uma cultura onde o estilo de vida se pauta em uma violência constante e, por vezes, patológica.

A atuação de profissionais para a compreensão da violência estrutural precisa se dar de forma multidisciplinar. Os telejornais apresentados no Brasil devem ter como bem comum o zelo pelas pessoas – autores, vítimas e a sociedade que assiste aos fatos. Conforme explica o Psicólogo André Ventura “o mundo não é só ordem, é preciso enfrentar o caos da vida cotidiana; é impossível se desenvolver fisicamente, intelectualmente ou espiritualmente sem enfrentar desafios.” (VETOR EDITORA, 2023).

O papel do telejornalismo consiste em informar a sociedade sobre o que acontece, inclusive os fatos negativos do dia a dia. A atuação dos profissionais da área é que se torna um diferencial para o jornalismo ser sensacionalista ou realista.

O jornalismo de caráter sensacionalista objetiva transformar o sofrimento humano em um grande espetáculo ao vivo. O jornalismo de caráter realista tem como premissa “sempre que houvesse oportunidade, era preciso oferecer-lhes um *porquê*, um objetivo de vida para fortalecê-los e, assim poderem suportar o terrível *como* de sua existência.” (FRANKL, 2023, p. 97).

A violência é um problema grave e que abrange todo o território nacional, ainda assim, é importante salientar que as diferenças geográficas, políticas e econômicas, tornam alguns estados mais suscetíveis aos atos criminosos que outros.

O Rio de Janeiro apresenta como característica ser um estado com desníveis geográficos (morros e encostas), para além de políticas marcadas pela corrupção e consequente desestímulo da coletividade.

No tocante as variações econômicas, observa-se que o Rio de Janeiro tem a concentração de esforços voltada para os bairros centrais, sendo as comunidades que habitam os morros e favelas desintegradas das ações e serviços públicos.

O papel dos telejornais que deveria estar centrado na consciência social sobre o que ocorre, possibilitando estratégias preventivas e protetivas, acaba concorrendo para a perpetuação da violência.

Os fatos noticiados não constituem um problema, o desafio está na sociedade extrair os significados verdadeiros de uma narrativa incoerente ou pessoalizada. A formação do imaginário ocorre de modo mais veloz e intenso quando as pessoas são expostas aos acontecimentos por meio de imagens.

O telejornalismo apresenta prevalência em canais abertos, sendo as indústrias midiáticas no Brasil sustentadas pela venda de notícias criminosas ou alarmantes. A atenção de cada espectador gera audiência para as empresas, que conseguem perpetuar a violência, não como uma realidade existente no país, e sim como um estilo de vida irremediável.

> "O debate promovido pelas mídias jornalísticas, nestes casos, não é no sentido de mostrar a problemática da violência na sociedade, mas meramente preencher o noticiário. Por consequência, o jornalista deixa de ser um analista de fatos e vira um reprodutor do discurso das fontes oficiais. (LOBO, 2015, p. 7).

A sensação gerada pela exibição constante de fatos criminosos ou sensacionalistas pelos telejornais é a de abandono. A sociedade sente-se distanciada dos atores políticos, e como tentativa de resolução dos problemas enfrentados, acaba por adotar comportamentos transgressores a justiça.

> "Acatando essas premissas como prioritárias e verdades absolutas, a população abandona paulatinamente a cobrança pelo desenvolvimento de políticas públicas sérias e adequadas à reformulação do cenário brasileiro, aptas a proporcionar modificações estruturais nas exacerbadas iniquidades sociais." (NETO; TEIXEIRA, 2021, p. 6).

A criminalidade perpetuada pelos telejornais tem ênfase nos morros e encostas do Rio de Janeiro. Os atos de violência estrutural não se restringem apenas as omissões praticadas por lideranças políticas, sendo as ações horizontais impeditivos cotidianos para o desenvolvimento da paz no Rio de Janeiro.

Os Doutores Homero Lamarão Neto e Eliana Maria Franco aclaram os riscos iminentes para a violência quando a população destoa a justiça em atos de vingança. Conforme as bases éticas já expostas, cabe aos jornalistas narrarem os fatos de modo elegante e respeitoso. Os profissionais de jornalismo, entretanto, frequentemente atuam como colaboradores da violência enquanto estilo de vida irremediável.

A violência no Rio de Janeiro apresenta um contexto histórico-cultural bem evidente. A ocupação de morros e encostas concentra os domínios de milícias e facções. O

telejornalismo exibe os confrontos com ênfase na ausência do estado. O ponto chave está na compreensão de que a violência estrutural não ocorre, somente, pelo modo vertical.

A sociedade coopera para a sua perpetuação, quando não se torna responsável pelos novos atos ilícitos. As lideranças políticas, ainda que atuassem com exímio respeito na administração pública, não podem fazer o que compete aos cidadãos.

> "Mas importante do que a liberdade exterior de transformar o nosso meio, a liberdade interior nos permite interpretá-lo a partir de um sentido transcendente e inabalável. A liberdade interior se perfaz na responsabilidade de quem não se fecha em si mesmo, mas transcende-se em direção aos outros, por meio do trabalho, amor e sacrifício, que são as três fontes principais de descoberta do sentido objetivo da vida." (FRANKL, 2023, p. 12 *apud* PINHEIRO, 2023, p. 12).

A reflexão nos ensina que o ser humano é livre e, consequentemente, responsável desde o nascimento. O estado não deve atuar com omissão frente à segurança pública. Ainda assim, como a própria etimologia da palavra afirma, o que é público deve ser gerenciado por todos.

A sociedade encontra nos telejornais uma forma de estar ciente dos fatos. A forma com que ocorre a tratativa desses fatos, tanto pelos profissionais que noticiam, quanto pelos espectadores que recebem, é a situação problema.

A omissão estatal para com as camadas mais vulneráveis da população resultou na criação de uma cidade informal. As favelas tornaram-se meios drásticos de vida para pessoas que não tinham acesso as ações e serviços públicos. Os representantes informais dessas pessoas passaram a ser os chefes de facções e milícias, que em troca das melhorias locais, exigiam a colaboração irrestrita das comunidades.

3.1 O CASO DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA E PROJETO FAVELA-BAIRRO

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP´s) buscavam reestabelecer a ordem nos morros cariocas. O estado iria retomar a presença perante uma parcela da sociedade historicamente excluída, sendo imprescindível que as políticas públicas estejam alicerçadas. O patrulhamento sem um ambiente preparado, sem metas e objetivos pré-estabelecidos, torna-se apenas uma figuração administrativa.

A violência no Rio de Janeiro fora estudada de modo estratégico, sendo as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP´s) instituídas para que o estado retome o controle da segurança pública.

As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP´s) não tinham como objetivo apenas o enfrentamento a violência estrutural horizontal. O Rio de Janeiro carecia historicamente de uma gestão pública integrada, que reduzisse a criminalidade, mas não se restringisse a ela.

> “A diminuição das paralisações constitui indicador do próprio sucesso das UPPs como política de segurança, atestando sua capacidade de reduzir tiroteios e de restituir ao ambiente comunitário certa estabilidade necessária às atividades rotineiras. Funciona como pré-condição sem a qual não se espera que outras dimensões da vida escolar possam ser modificadas. Espera-se que a melhora de indicadores educacionais seja mediada pela redução da violência extramuros, representada pela interrupção das aulas.” (RIBEIRO, 2020, p. 12).

Os resultados das UPP´s transcendem o objetivo inicial de retomada do estado nos morros e encostas. O Rio de Janeiro conseguiu maior integração entre as comunidades menos favorecidas e as pessoas que vivem em zonas de médio e alto padrão.

Ao contrário do pensar que alinha urbanização com elementos arquitetônicos, compreende-se urbanizar como afirmar dignidade para todos os seres humanos. O estado se faz presente com ações e serviços, e não somente através de efetivos policiais ou mudanças estéticas.

> “Feliz o homem que pensa no pobre e no fraco, que coloca sua vida à disposição dos pequeninos, cuidando de suas feridas corporais e espirituais. O Senhor o libertará do fogo eterno e fará crescer sua glória e poder. Seu testemunho brilhará como luz nas trevas. Quem pratica a misericórdia tem a certeza da salvação, pois a misericórdia triunfa do juízo.” (SCHAFFER, 2005-2007, n.p., *apud* PINHEIRO, A; SILVA, J. 64-81).

A visão exposta por Guido Schaffer apresenta um tom profundamente religioso, mas o ponto comum está na construção de um novo sentido para o estado. A visão histórica na qual as lideranças da administração pública eram responsáveis pelos bens e valores comuns está sendo modificada.

O cenário de violência estrutural no Rio de Janeiro é complexo, e justamente por essa acentuação devem ser dadas respostas amplas e consistentes para o processo de pacificação. Independente da crença religiosa, e até do ceticismo, o ponto chave consiste em cada pessoa assumir a sua parcela de responsabilidade pelo estado que tanto almeja.

O firmamento deixado por Mateus 10,34 é claro “Não pensem que vim trazer paz à terra; não vim trazer paz, mas espada.” O Evangelho mostra que alcançar a paz é impossível sem antes haver um processo de luta. O ponto a ser diferenciado consiste na defesa da justiça para a defesa de um sistema violento e retroalimentado.

> “Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, somente neste ano foram registrados 19 tiroteios no Complexo do Alemão. O saldo é de ao menos cinco mortes e sete pessoas feridas. Destes 19 registros em 2022, sete tiroteios aconteceram durante ações ou operações policiais, que já deixaram quatro mortos e um ferido, contando com os números preliminares da operação de hoje.” (CORSINI; ARAÚJO, 2022).

As indústrias midiáticas passaram o final de semana inteiro noticiando momentos em que pessoas eram baleadas ou mortas nos confrontos. O foco deveria estar na exibição do porquê os policiais entraram nas favelas. A conscientização social acerca das UPP´s teria contribuído para aumentar o apoio cívico.

O caso narrado das UPP´s pode ser observado, também na forma como os telejornais exibiram o Projeto Favela-Bairro. As indústrias midiáticas destoaram uma iniciativa de reconhecimento internacional, limitando-a aos ganhos estéticos que moradias poderiam receber.

> "Nós mesmos tivemos de aprender e, além disso, ensinar aos desesperados que, na verdade, não importava muito o que esperávamos da vida, mas o que a vida esperava de nós. Tínhamos de parar de perguntar qual é o sentido da vida e reconhecer que é a vida que está perguntando isso, todos os dias e todas as horas." (FRANKL, 2023, p. 98).

A visão elucidativa do psiquiatra austríaco Viktor Emil Frankl, por consequência retira da sociedade o papel de recebedora. O referido médico evoca a importância de todos atuarem de forma contrária a cultura da violência.

O novo pensar reflexivo em torno do estado, por efeito traz a relação de colaboração entre todos que formam o ente. Assim, não existe uma relação meramente subordinativa, mas de trabalho diário e comum.

O Projeto Favela-Bairro tinha como premissa urbanizar as favelas, não retirando as características que lhes são próprias, mas expandindo-as com ações e serviços de interesse público.

O Prefeito César Maia concebeu o projeto durante a sua gestão em 1993, contando com a expertise de Cláudio Acioly Júnior. A participação de um líder político aliado a um consultor internacional, por consequência garantiriam políticas de habitação eficazes e sustentáveis.

A oportunidade gerada pelo Projeto Favela-Bairro não se restringia a estética local, como noticiado por boa parte das indústrias midiáticas. A parceria de César Maia com Cláudio Acioly objetivava garantir a dignidade humana, dando as pessoas cidadania e responsabilidade.

> "Durante boa parte do século 20, o Poder Público olhava para as favelas como problemas a serem erradicados. A palavra de ordem era a remoção. Um exemplo é o Código de Obra da Cidade do Rio de Janeiro, de 1937, que proíbe a construção de novas moradias, melhorias nas que já existiam e, progressivamente, a eliminação delas." (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

A oportunidade de realizar um novo planejamento urbanístico era latente, sendo o objetivo do Projeto Favela-Bairro gerar dignidade por meio de serviços públicos. A forma como

as indústrias midiáticas transmitem um conteúdo, por consequência torna-se um estímulo para ações sociais.

A colocação de termos como erradicação e remoção contribuem para gerar atritos entre a sociedade e o estado. As lideranças públicas envolvidas com o Projeto Favela-Bairro objetivavam criar um modelo respeitoso as características geográficas e sociais. As favelas cariocas expõem desafios ambientais e humanistas, sendo papel do estado assegurar a garantia da dignidade humana – em todos os níveis (biopsicoespiritual).

O nascimento das favelas ultrapassa questões ambientais e urbanísticas, sendo evidente um histórico excludente de certas camadas sociais. Conforme explanado por especialistas “a favela é uma rede de sobrevivência, de socialização para essas pessoas.” (CAOS PLANEJADO..., 2023).

As lideranças políticas têm o dever de zelo pelas obras e serviços que apresentam benefícios sociais. Da mesma forma, os cidadãos têm a obrigação de honrar o regime que tanto almejaram, qual seja, a democracia.

4. O DIREITO À INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO SENTIDO PARA O JORNALISMO

A construção de um novo modelo administrativo não será possível sem um pensar coletivo. O nível de entendimento entre as pessoas é variado, haja vista os contrastes socioeconômicos do Brasil.

O jornalismo atuaria como ponte, onde os profissionais e convidados mostrariam o que está ocorrendo. A capacidade dos telejornais em reunir uma quantidade significativa de pessoas gera engajamento.

A distância histórica entre a sociedade e o estado se torna diminuta quando existe apoio midiático. Os telejornais têm o potencial de mostrar as pessoas quais projetos sociais existem e como eles contribuem para melhorar o Rio de Janeiro.

O tom da notícia, quando elaborado pelas indústrias midiáticas com foco nas possibilidades, traz o sentir de esperança. As indústrias midiáticas, ao colocarem a sociedade contra o estado, favorecem a atuação dos grupos ilícitos.

> “A questão que me perseguia era: Será que todo esse sofrimento, esta mudança ao nosso redor, tem um sentido? Se não, também não há sentido em sobreviver a tudo isso, pois uma vida cujo sentido depende de tal acaso (escapar ou não), em última análise, não valeria a pena de ser vivida.” (FRANKL, 2023, p. 124).

A reflexão proposta pelo psiquiatra vienense Viktor Frankl é profunda e salvífica, haja vista não propor a desconexão com os fatos do cotidiano. A sua vivência durante quatro anos

em campos de concentração possibilitou-lhe compreender o sofrimento humano. Ao mesmo tempo, suas experiências mostraram a capacidade do ser humano transcender para além das suas dores e angústias.

Os acontecimentos da atualidade, ainda que em proporções ínfimas se comparados ao genocídio testemunhado por Viktor Frankl, trazem como ponto em comum o sentir de desesperança. Os telejornais contribuem para destoar a realidade, como forma de amplificar a maioria das notícias criminais expostas.

As indústrias midiáticas não apresentam a mediação de fatos trágicos com acontecimentos positivos, que juntos compõe a vida na qual todas as pessoas estão inseridas. Outro ponto de reflexão consiste na forma como se trata o sofrimento humano, haja vista a predominância de uma espetacularização realizada pelos profissionais de jornalismo.

O direito afirmado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 evidencia a importância da informação e o papel fundamental do telejornalismo. A diferença imprescindível para o combate e prevenção da violência estrutural consiste na forma como as indústrias midiáticas trazem os acontecimentos sensíveis.

Os contrastes sociais são complexos e marcam o histórico do Brasil, cabendo as indústrias televisivas, serem pontes que alinham a sociedade com o estado. Os sofrimentos são inegáveis, e toda a sociedade tem o direito de estar ciente do que ocorre e quais medidas deve tomar no dia a dia.

A construção de um novo sentido para o telejornalismo está na compreensão da capacidade transformação interna e externa que todas as pessoas têm. O estado composto por todos os que nele habitam deve ser o foco dos noticiários, trazendo a realidade de forma que cada espectador possa refletir sobre e além dela.

A busca de melhorias para ações e serviços públicos só terá eficácia se for realizada de modo conjunto entre a sociedade e a administração pública. Os desafios da violência estrutural são extensos para se almejar uma política pública resolutiva, mas a soma de esforços individuais possibilita melhoras significativas. Os telejornais são instrumentos para reunir pessoas, transmitir informações de modo coeso e gerador de possibilidades para o desenvolvimento nacional.

5. CONCLUSÃO

O Brasil apresenta desafios geográficos, políticos e econômicos que resultam em uma violência estrutural sem precedentes. A contemporaneidade está marcada por atos verticais

e horizontais destoados dos princípios e valores consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O distanciamento entre a sociedade e o estado torna-se um fator chave para a amplificação de facções e milícias. O processo de violência estrutural não se dá, contudo, apenas pelas ações de grupos armados. A horizontalidade consiste na relação entre todas as pessoas que formam o estado, e por isso a violência deve ser observada como uma cultura enraizada do Brasil.

Os telejornais são observados como instrumentos de propagação de falas e atos violentos, não propiciando uma comunicação segura e eficaz para com os telespectadores. O Estado torna-se fragmentado, e por consequência, fragilizado, pela forma com que as indústrias midiáticas vêm atuando.

O direito de acesso à informação é garantido como fundamental pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A discordância crítico-reflexiva proposta por este artigo está na forma como as indústrias midiáticas coletam e transmitem as informações.

O estado não está isento da responsabilidade pela crise interseccional vivenciada no Brasil. A violência estrutural também ocorre de forma verticalizada, e as indústrias midiáticas cumprem o seu papel quando deixam a população consciente das omissões e ações desvirtuadas das bases administrativas.

O Rio de Janeiro fora selecionado para análise nesta pesquisa, haja vista as particularidades geográficas e os desníveis socioeconômicos presentes no estado. O telejornalismo fora observado de modo crítico-reflexivo quanto a transmissão de notícias sobre dois projetos importantes: unidades de polícia pacificadoras e projeto favela-bairro.

A afirmação constitucional preceitua que o direito de acesso à informação é imprescindível para o desenvolvimento do Brasil. A proposta de analisar o telejornalismo como instrumento que perpetua a violência estrutural está na relevância deste para a formação do imaginário coletivo.

O legado deixado pelo psiquiatra austríaco Viktor Frankl torna-se elemento essencial para esta pesquisa. A compreensão do sofrimento humano como parte da vida, mas não como definidor da existência gera o sentir de esperança e responsabilidade individual.

Os profissionais de jornalismo, como partes integrantes da sociedade civil, precisam atuar junto a administração pública para o desenvolvimento mais justo e sustentável do Brasil. A pesquisa não traz o ideal irrealista de se extinguir atos de violência estrutural, mas evoca o papel do telejornalismo como enquanto ponte de trabalho conjunto entre a sociedade e o estado.

A consecução de políticas públicas que combatem e previnem a violência estrutural é mais plausível quando a sociedade pode saber o que acontece, mas não somente, tem consciência dos meios possíveis de atuação.

Os líderes administrativos podem trabalhar de forma mais consistente e proba quando o telejornalismo dá espaço para os seus projetos. A construção de um sentido real para o Brasil não consiste em evitar o sofrimento oriundo da violência, mas em unir sociedade e estado por meio de telejornais comprometidos com a verdade e a responsabilidade, características inerentes a todo ser humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, D.O.U. 05.10.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 maio 2025.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARDOSO, Rafael. **Favela-Bairro, 30 anos: legado do programa desaparece aos poucos**. Agência Brasil, Brasília, 28 mar. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/favela-bairro-30-anos-legado-do-programa-desaparece-aos-poucos. Acesso em: 03 junho 2025.

CIÊNCIA EM PAUTA. *Jornalismo em Quadrinhos*. Ciência em Pauta, episódio 5, 20 fev. 2022. Disponível em: https://podcasts.apple.com/br/podcast/ci%C3%AAncia-em-pauta/id1561187086. Acesso em: 30 maio 2025.

CHAGAS, Carlos. *Um repórter na Ilha do Diabo*. Memória O Globo, Rio de Janeiro, 1 mar. 1961. Disponível em: https://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/um-repoacuterter-na-ilha-do-diabo-8878851. Acesso em: 15 maio 2025.

CORSINI, Iuri; ARAÚJO, Thayana. *Operação policial no Complexo do Alemão dura cerca de 10 horas e deixa 18 mortos*. CNN Brasil, Rio de Janeiro, 21 jul. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/operacao-policial-no-complexo-do-alemao-deixa-mortos-no-rj/. Acesso em: 08 maio 2025.

COUTINHO, Diogo. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Jur., 2014.

DROIT, Roger-Pol. **Tolerância**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto., 2017.

FRANKL, Viktor. **Em busca de sentido: edição para jovens leitores**. 2. ed. São Paulo: Campinas, 2023.

JORJÃO, P.; PINHEIRO, A. **Guido: mensageiro do Espírito Santo**. Nova edição revista e ampliada. Campinas, SP: Cultor de Livros, 2020.

LAMARÃO NETO, H.; TEIXEIRA, E. M. S. F.; SOARES, T. M. *O controle social e a estruturação da violência*. Revista Estudos Institucionais, v. 9, n. 2, p. 603–622, 2023. Disponível em: https://estudosinstitucionais.emnuvens.com.br/REI/article/view/697. Acesso em: 30 maio 2025.

LAMARÃO NETO, H; TEIXEIRA, E. M. S. F. *Violência estrutural e criminalidade patrimonial*. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, p. 25016–25033, 2021. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/32453. Acesso em: 30 maio 2025.

LING, A. (Apresentador); ACIOLY JÚNIOR, C. *Favela-Bairro*. Caos Planejado, episódio 73, 22 dez. 2022. Disponível em: https://podcasters.spotify.com/pod/show/caos-planejado/episodes/73-Favela-Bairro-com-Srgio-Magalhes-e-Claudio-Acioly-Jr-e1sa0nu. Acesso em: 27 maio 2025.

LOBO, G. M. S. da. *Dois pesos e uma medida: ética na cobertura do noticiário policial*. Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura, v. 1, n. 3, p. 1–22, 2015. Disponível em: https://revistas.ufac.br/index.php/tropos/article/view/226. Acesso em: 28 maio 2025.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
SANTIN, Letícia. **O que é a Pirâmide de Maslow e qual é sua aplicação?** Blog MBA USP Esalq, 10 jan. 2024. Disponível em: https://blog.mbauspesalq.com/2024/01/10/o-que-e-a-piramide-de-maslow-e-qual-e-sua-aplicacao/. Acesso em: 20 maio 2025.
SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. *Impactos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) sobre cotidianos escolares*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 110, p. 203–224, mai./ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/BFTXcsbg38FKsrsZBKttRrF/?lang=pt. Acesso em: 10 maio 2025.
VETOR EDITORA. *Janeiro Branco - Vencendo o Estresse, a Ansiedade e a Depressão*. YouTube, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Zi4xD3X5gbI&t=127s. Acesso em: 20 maio 2025.